

Comissão de
Minas e Energia



CÂMARA DOS
DEPUTADOS

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2018

55ª LEGISLATURA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA

PRESIDENTE
DEPUTADO MARCELO SQUASSONI
(PRB/SP)

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2018

55ª LEGISLATURA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA

PRESIDENTE
DEPUTADO MARCELO SQUASSONI
(PRB/SP)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
MEMBROS DA COMISSÃO	9
GALERIA DOS MEMBROS TITULARES	12
GALERIA DOS MEMBROS SUPLENTE	17
QUADRO SÍNTESE DAS ATIVIDADES	23
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	25
MESA-REDONDA	45
PROPOSIÇÕES APROVADAS	49
PROPOSIÇÕES REJEITADAS	59
REQUERIMENTOS APRESENTADOS	64
EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS	69
EQUIPE TÉCNICA	70

APRESENTAÇÃO



A 4ª Sessão Legislativa desta 55ª Legislatura, marcada por incertezas de ordem política e econômica, bem como por tensões sociais de amplitude nacional, destacou positivamente os trabalhos realizados pela Comissão de Minas e Energia, tanto na apreciação de proposições significativas dentro do campo temático a ele afetas, como mediante a realização de importantes audiências públicas com representantes da sociedade civil. Em que pese a rarefeita atividade legislativa típica do período eleitoral, este Órgão Técnico se debruçou sobre a deliberação de matérias da mais alta relevância para a Nação, oportunidades em que discussões e votações levaram em consideração não somente as advertências técnicas e políticas, como também as expectativas de ordem social, de maneira alguma despiciendas.

A Comissão aprovou importantes projetos de lei, como o nº 9.321/2017, que “estabelece o Programa Nacional de Bioquerosene para o incentivo à pesquisa e o fomento da produção de energia à base de biomassas, visando a sustentabilidade da aviação brasileira”; e o nº 9.510/2018, que “altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com o objetivo de compensar o impacto tarifário da reduzida densidade de carga na área de atuação de concessionários e permissionários de distribuição cujos mercados sejam inferiores a 700 GWh por ano” – temas sobremodo relevantes para o Setor Energético brasileiro. Em meio a outras importantes proposições, confira-se, também, especial destaque à aprovação do Projeto de Lei nº 8.652/2017, que “veda o repasse de cobrança do furto de energia aos consumidores”, e do Projeto de Lei nº 10.771/2018, que “altera a Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, para dispor sobre competência do Comando da Marinha para promover o licenciamento e a fiscalização dos meios navais e das suas plantas nucleares embarcadas para propulsão e do transporte de seu combustível nuclear”.

No que respeita às audiências públicas, ressaltem-se duas especialmente importantes para o Setor de Combustíveis: a que debateu a situação dos preços dos combustíveis no Brasil, em atendimento aos Requerimentos nº 189/2017, de autoria do Deputado Joaquim Passarinho, e nº 197/2018, de autoria dos Deputados Altineu Côrtes e Carlos Andrade, realizada em maio. Essa reunião se realizou em meio às convulsões sociais por que passou o País, diante da greve nacional dos caminhoneiros

ocorrida naquela semana e contou com a presença massiva de parlamentares, cujos debates foram expressivos política e socialmente. Sublinhem-se, ainda, a audiência pública que discutiu mecanismos de comercialização direta de etanol hidratado no País, com a participação da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, em atendimento ao Requerimento nº 207/2018- CME, de autoria dos Deputados Marcelo Squassoni, Simão Sessim, Arnaldo Jardim e Joaquim Passarinho, e ao Requerimento nº 567/2018- CAPADR, de autoria do Deputado Luis Carlos Heinze, realizada em junho. No que se refere ao Setor de Energia, há que citar a audiência pública que debateu a grave situação da indústria nacional de produção de placas e painéis de energia solar no Brasil, em atendimento ao Requerimento nº 214/2018, de autoria do Deputado Vitor Lippi, realizada em novembro.

Esta Comissão acolheu, ainda, demandas apresentadas pelo Setor Energético, ao haver aprovado emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias/2019, com vistas ao incentivo à geração de eletricidade renovável, ao apoio à Política Nacional de Biocombustíveis – RENOVABIO, e ao não contingenciamento das agências reguladoras. A Comissão também aprovou emendas à Lei Orçamentária Anual, com o fim de destinar recursos ao desenvolvimento de tecnologia nuclear da Marinha, à administração da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, à RENOVABIO e, ainda, à geração de eletricidade renovável.

Cumpre, pois, a esta presidência agradecer aos membros da Comissão de Minas e Energia pela forma séria e eficiente com que a representação política se fez realizar no decurso dos trabalhos legislativos empreendidos, o que contribuiu significativamente no sentido de que sua condução tenha-se dado de modo eminentemente republicano. Agradecemos, ainda, o apoio das diversas assessorias parlamentares, da Consultoria Legislativa e, especialmente, do corpo técnico-funcional da Secretaria deste Órgão, que, de forma consciente e responsável colaborou com a condução esmerada dos trabalhos por parte desta presidência.

Deputado MARCELO SQUASSONI

Presidente



MEMBROS
DA COMISSÃO



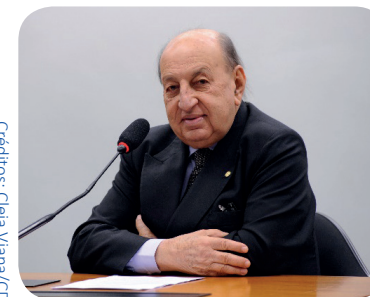
Créditos: Douglas Gomes / PRB Liderança

Deputado MARCELO SQUASSONI
PRB/SP
Presidente



Créditos: Cleia Viana/CD

Dep. Luiz Lauro Filho
(PSB/SP)
1º Vice-Presidente



Créditos: Cleia Viana/CD

Dep. Simão Sessim
(PP/RJ)
2º Vice-Presidente



Créditos: Michel Jesus/CD

Dep. Joaquim Passarinho
(PSD/PA)
3º Vice-Presidente

GALERIA DOS MEMBROS TITULARES



Abel Mesquita Jr.
DEM/RR
(Gab. 248-IV)



Antonio Carlos Mendes Thame
PV/SP
(Gab. 626-IV)



Arnaldo Jardim
PPS/SP
(Gab. 245-IV)



Arthur Virgílio Bisneto
PSDB/AM
(Gab. 521-IV)



Beto Rosado
PP/RN
(Gab. 840-IV)



Bilac Pinto
DEM/MG
(Gab. 806-IV)



Bruno Araújo
PSDB/PE
(Gab. 460-IV)



Cabuçu Borges
MDB/AP
(Gab. 380-III)



Cajar Nardes
PODE/RS
(Gab. 379-III)



Carlos Andrade
PHS/RR
(Gab. 758-IV)



Danrlei de Deus Hinterholz
PSD/RS
(Gab. 566-III)



Davidson Magalhães
PCdoB/BA
(Gab. 642-IV)



Delegado Éder Mauro
PSD/PA
(Gab. 586-III)



Eron Bezerra
PCdoB/AM
(Gab. 519-IV)



Fabio Garcia
DEM/MT
(Gab. 278-III)



Fernando Coelho Filho
DEM/PE
(Gab. 662-IV)



Gabriel Guimarães
PT/MG
(Gab. 821-IV)



Hermes Parcianello
MDB/PR
(Gab. 234-IV)



Jaime Martins
PROS/MG
(Gab. 904-IV)



Jhonatan de Jesus
PRB/RR
(Gab. 535-IV)



João Carlos Bacelar
PR/BA
(Gab. 928-IV)



Joaquim Passarinho
PSD/PA
(Gab. 339-IV)



Jorge Boeira
PP/SC
(Gab. 342-IV)



José Otávio Germano
PP/RS
(Gab. 424-IV)



José Reinaldo
PSDB/MA
(Gab. 529-IV)



José Rocha
PR/BA
(Gab. 908-IV)



Lindomar Garçon
PRB/RO
(Gab. 548-IV)



Luis Tibé
AVANTE/MG
(Gab. 632-IV)



Luiz Lauro Filho
PSB/SP
(Gab. 418-IV)



Macedo
PP/CE
(Gab. 214-IV)



Marcelo Squassoni
PRB/SP
(Gab. 550-IV)



Marco Antônio Cabral
MDB/RJ
(Gab. 585-III)



Rafael Motta
PSB/RN
(Gab. 737-IV)



Reinhold Stephanes
PSD/PR
(Gab. 519-IV)



Renato Andrade
PP/MG
(Gab. 483-III)



Ronaldo Benedet
MDB/SC
(Gab. 918-IV)



Samuel Moreira
PSDB/SP
(Gab. 921-IV)



Sebastião Oliveira
PR/PE
(Gab. 282-III)



Simão Sessim
PP/RJ
(Gab. 709-IV)



Zé Geraldo
PT/PA
(Gab. 266-III)

GALERIA DOS MEMBROS SUPLENTE



Adelmo Carneiro Leão
PT/MG
(Gab. 627-IV)



Altineu Côrtes
PR/RJ
(Gab. 578-III)



Antonio Balhmann
PDT/CE
(Gab. 522-IV)



Arnaldo Jordy
PPS/PA
(Gab. 506-IV)



Beto Salame
PP/PA
(Gab. 473-III)



Carlos Zarattini
PT/SP
(Gab. 808-IV)



Cleber Verde
PRB/MA
(Gab. 710-IV)



Danilo Cabral
PSB/PE
(Gab. 423-IV)



**Delegado Edson
Moreira**
PR/MG
(Gab. 933-IV)



Fernando Torres
PSD/BA
(Gab. 576-III)



Francisco Chapadinha
PODE/PA
(Gab. 385-III)



George Hilton
PSC/MG
(Gab. 804-IV)



Domingos Sávio
PSDB/MG
(Gab. 345-IV)



Edio Lopes
PR/RR
(Gab. 408-IV)



Eros Biondini
PROS/MG
(Gab. 321-IV)



Hugo Leal
PSD/RJ
(Gab. 631-IV)



Indio da Costa
PSD/RJ
(Gab. 467-III)



Jandira Feghali
PCdoB/RJ
(Gab. 622-IV)



Evandro Roman
PSD/PR
(Gab. 303-IV)



Ezequiel Fonseca
PP/MT
(Gab. 658-IV)



Félix Mendonça Júnior
PDT/BA
(Gab. 912-IV)



José Carlos Aleluia
DEM/BA
(Gab. 854 - IV)



Julio Lopes
PP/RJ
(Gab. 544-IV)



Leo de Brito
PT/AC
(Gab. 619-IV)



Leonardo Quintão
MDB/MG
(Gab. 914-IV)



Leônidas Cristino
PDT/CE
(Gab. 948-IV)



Luis Carlos Heinze
PP/RS
(Gab. 526-IV)



Marcelo Aguiar
DEM/SP
(Gab. 242 - IV)



Marcondes Gadelha
PSC/PB
(Gab. 411-IV)



Marcos Montes
PSD/MG
(Gab. 334-IV)



Milton Monti
PR/SP
(Gab. 328-IV)



Miro Teixeira
REDE/RJ
(Gab. 270-III)



Missionário José Olimpio
DEM/SP
(Gab. 507-IV)



Nelson Padovani
PSDB/PR
(Gab. 513 - IV)



Nilson Leitão
PSDB/MT
(Gab. 825-IV)



Padre João
PT/MG
(Gab. 743-IV)



Paes Landim
PTB/PI
(Gab. 648-IV)



Pedro Uczai
PT/SC
(Gab. 229-IV)



Rogério Peninha Mendonça
MDB/SC
(Gab. 656-IV)



Sergio Souza
MDB/PR
(Gab. 702-IV)



Sergio Vidigal
PDT/ES
(Gab. 812-IV)



Silas Câmara
PRB/AM
(Gab. 532-IV)



Vander Loubet
PT/MS
(Gab. 838-IV)



Vicentinho Júnior
PR/TO
(Gab. 817-IV)



Vitor Lippi
PSDB/SP
(Gab. 823-IV)



Walney Rocha
PATRI/RJ
(Gab. 575-III)



Wellington Roberto
PR/PB
(Gab. 514-IV)

QUADRO SÍNTESE DAS ATIVIDADES

REUNIÕES	
REUNIÕES DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO	1
REUNIÕES DELIBERATIVAS	13
REUNIÕES DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	6
-AUDIÊNCIAS PÚBLICAS ORDINÁRIAS	5
-AUDIÊNCIAS PÚBLICAS EXTRAORDINÁRIAS	0
-AUDIÊNCIAS PÚBLICAS CONJUNTAS	1
MESA-REDONDA	1
PROPOSIÇÕES	
PROPOSIÇÕES RECEBIDAS	41
PROPOSIÇÕES APROVADAS	7
PROPOSIÇÕES REJEITADAS	4
PROPOSIÇÕES DECLARADAS PREJUDICADAS	0
PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO	141
EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS	7
REQUERIMENTOS APRESENTADOS	24
REQUERIMENTOS APROVADOS/ATENDIDOS	22
REQUERIMENTOS REJEITADOS	0
REQUERIMENTOS RETIRADOS/PREJUDICADOS	1



AUDIÊNCIAS
PÚBLICAS



Arquivo da Comissão de Minas e Energia

Tema

Disposições do Projeto de Lei nº 5.457, de 2016, que busca restringir o repasse aos consumidores das perdas elétricas nos sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica, em atendimento ao Requerimento nº 176/2017 de autoria do Deputado Cabuçu Borges.

Convidados

- Sra. Fabiana Gazzoni Cepeda, Coordenadora Geral de Gestão da Política Tarifária, do Departamento de Gestão do Setor Elétrico da Secretaria de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia (MME);
- Sr. Davi Antunes Lima - Superintendente de Regulação Tarifária da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL);
- Sr. Daniel Mendonça, Representante da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE);
- Sr. Mario Miranda, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (ABRATE);
- Sr. José Luiz Nobre Ribeiro, Presidente Conselho Nacional de Consumidores de Energia Elétrica (CONACEN).

“

A questão das perdas elétricas é, de fato, preocupante, pois, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), elas alcançaram, no período de 18/04/2016 a 19/04/2017, cerca de 14% do total da energia elétrica gerada, sendo 12,3% referentes às perdas na distribuição e 1,7% relativos às perdas na Rede Básica, isto é, no sistema de transmissão”

afirmou o Deputado Cabuçu Borges.

O Parlamentar explica que parte das perdas são ocasionadas por furtos de energia e fraudes no processo de medição, que estão diretamente associadas à gestão comercial das distribuidoras. Essas perdas chegaram a 5,13% no período de doze meses citado, sendo que houve casos de distribuidoras que apresentaram perdas comerciais muito mais elevadas, chegando a 38,3%. “Ocorre que grande parte dessas perdas decorrentes de furto de energia, que não foram devidamente coibidos pelas distribuidoras, foi cobrada dos demais consumidores, por meio das tarifas aprovadas pela Aneel. Houve casos de repasse de perdas comerciais superiores a quinze por cento, gerando grande ônus àqueles consumidores que, com grande sacrifício, pagam regularmente suas faturas de eletricidade”, afirma o parlamentar.

O Deputado Cabuçu Borges (PMDB-AP), Relator do Projeto de Lei nº 5.457/2016, sobre o repasse dos custos com perdas elétricas para o consumidor de energia, busca um consenso sobre o percentual ideal a ser cobrado na conta de luz em razão dessas perdas. A Proposição limita a 5% do valor da tarifa as compensações por perdas técnicas e não técnicas na transmissão e distribuição de energia. No entanto, especialistas ouvidos durante a Audiência Pública afirmaram que 5% pode não ser o número ideal.

Segundo o superintendente da Regulação Tarifária da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Davi Antunes Lima, as perdas técnicas inerentes à transmissão e à distribuição da energia por rede elétrica correspondem a 7,5% das perdas totais. As não técnicas, causadas por

furtos, fraudes e erros de medição, representam 6,7% do total. Na avaliação de Lima, a limitação imposta pelo projeto de lei repassará os custos principalmente para as distribuidoras, impedindo-as de fazer novos investimentos na rede elétrica. O superintendente chamou atenção ainda para as particularidades da distribuição de energia no Brasil. Muitas das perdas, explicou, se devem à ausência do Estado em determinadas áreas de concessão, especialmente naquelas com pobreza, violência e falta de infraestrutura.

técnicas são maiores em situações que as distribuidoras não conseguem resolver”, admitiu. Por outro lado, Ribeiro cobrou punição para o mau consumidor. “As leis que estão por aí facilitam a vida do fraudador. Elas precisam se tornar mais rígidas em relação ao mau consumidor, para beneficiar o bom consumidor”, acredita o presidente da Conacen.

O representante da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) na audiência, Daniel Mendonça, também

“

Se a gente fizer as contas, a proposta basicamente vai reconhecer as perdas técnicas na transmissão e na distribuição. Não vai reconhecer perda não técnica alguma. Isso impacta muito a receita da distribuidora e inviabiliza a prestação do serviço”

afirmou Davi Lima.

Apesar de ressaltar a intenção do projeto de beneficiar os bons consumidores, o presidente do Conselho Nacional de Consumidores de Energia Elétrica (Conacen), José Luiz Nobre Ribeiro, questionou se o número proposto no projeto é alcançável. “As perdas não

defendeu que sejam levadas em conta no debate as diferenças regionais, a regulação da Aneel e os investimentos em eficiência energética que se traduzirão em menores tarifas a médio e longo prazo.

Fonte: Agência Câmara Notícias



AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM 23/05/2018

Douglas Gomes / PRB Liderança

Tema

Situação dos preços dos combustíveis no Brasil, em atendimento ao Requerimento nº 189/2017 de autoria do Deputado Joaquim Passarinho e Requerimento nº 197/2018, de autoria dos Deputados Altineu Côrtes e Carlos Andrade.

Convidados

- Sr. Bruno Conde Caselli, Superintendente de Defesa da Concorrência, Estudos e Regulação Econômica (ANP) ;
- Sr. Ravvi Augusto de Abreu C. Madruga, Coordenador-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE);
- Sr. Flávio Santos Tojal, Gerente Geral de Marketing, e o Sr. Gustavo Scalcon, Gerente de Preços, da PETROBRAS S.A.;
- Sr. Paulo Miranda Soares, Presidente da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis); e
- Sr. José Hélio Fernandes, Presidente da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística (NTC).

O debate, proposto pelos deputados Joaquim Passarinho (PSD-PA), Altineu Côrtes (PR-RJ) e Carlos Andrade (PHS-RR), cuja discussão ressaltou o peso dos impostos federais e estaduais nos preços dos combustíveis, coincidiu com os protestos de caminhoneiros pelo País.

Segundo a Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam) e a Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA), o diesel representa metade dos custos dos autônomos que atuam no setor. Antes dos protestos, as entidades protocolaram cartas no Palácio do Planalto em que pedem a redução de impostos sobre o combustível, especialmente a PIS/Cofins.

Durante a audiência, Bruno Conde Caselli, Superintendente de Defesa da Concorrência, Estudos e Regulação Econômica da Agência Nacional do Petróleo (ANP), disse que os tributos representam 29% do preço do diesel na bomba – na gasolina, 45%. Ele lembrou em julho de 2017, o governo, na busca de maior arrecadação, praticamente dobrou a alíquota de PIS/Cofins. Esse aumento na tributação aconteceu logo após a Petrobras anunciar que os preços da gasolina e do diesel passariam a variar diariamente, a fim de refletir o mercado internacional.

O gerente-geral de Marketing da Petrobras, Flávio Santos Tojal, afirmou que, apesar das oscilações, os preços em outubro de 2016 e em março de 2018 eram praticamente os mesmos nas refinarias. Nos últimos dois meses, continuou Tojal, a conjuntura externa mudou para pior. O barril de petróleo subiu e ronda hoje os 80 dólares, no maior nível desde 2014 – e deve continuar nesse ritmo, segundo especialistas. No mesmo período, o real se desvalorizou frente ao dólar, o que também contribuiu para elevar os preços dos combustíveis no Brasil, segundo a ANP.

Com isso, no mês em que ocorreu a audiência pública, o preço da gasolina na bomba chegou de R\$ 4,260 por litro no País, uma alta de 20% desde o início da variação diária praticada pela Petrobras, em julho de 2017. No caso do diesel, a média no período foi de R\$ 3,651, uma alta acumulada de 17%.

Em resposta ao protesto dos caminhoneiros, no dia anterior à audiência pública, o governo sinalizou com a possibilidade de zerar a alíquota da Cide sobre os combustíveis, desde que o Congresso aprove o projeto que prevê o fim da desoneração da folha de pagamentos para a maioria dos setores atualmente beneficiados – o Projeto de

Lei nº 8.456/17, do Executivo, está pronto para a pauta do Plenário. O presidente da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis), Paulo Miranda Soares, por sua vez, afirmou que a medida afetará muito pouco os preços, já que a Cide representa apenas 10 centavos de real em cada litro de gasolina e 5 centavos no caso do diesel.

Segundo Soares, mais eficaz seria retornar às alíquotas de PIS/Cofins praticadas até junho do ano passado, antes de o governo aumentar esse tributo. Ele também defendeu a unificação do ICMS sobre os combustíveis – atualmente as alíquotas variam conforme o estado, de 25% a 34% na gasolina e de 12% a 25% no diesel. “Não adianta o governo federal fazer sua parte, reduzindo o PIS/Cofins, se os estados não alterarem a tributação”, disse Ravvi Augusto de Abreu Madruga, coordenador-geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). “A tributação estadual é mais do que o dobro da federal”, continuou. “Ter um piso referencial do ICMS seria um bom passo para começar a equacionar a questão dos tributos sobre combustíveis”, comentou o deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP). “Acho que todos os governadores estão sensibilizados, todo mundo vai ter que se unir e buscar uma so-

lução”, declarou Marcelo Squassoni (PRB-SP), presidente da Comissão de Minas e Energia.

Os representantes da ANP e da Fecombustíveis avaliaram que a política adotada pela Petrobras de fato tem refletido as oscilações do petróleo e do dólar no mundo, mas os deputados criticaram a variação diária dos preços, defendendo uma certa previsibilidade nos reajustes. José Hélio Fernandes, presidente da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística (NTC) – que reúne empresas do setor –, também reclamou. “Em uma viagem de São Paulo a Belém ou a Fortaleza, é possível pegar três aumentos”, apontou. “É impossível conviver com isso”. O deputado Joaquim Passarinho cobrou uma solução:

“*precisamos ter uma política de preço, pode ser reajuste anual, semestral ou mensal, mas não diário (...). Só está beneficiando a Petrobras, para resolver problemas de caixa, e esquecendo principalmente o consumidor*”

afirmou o Deputado Joaquim Passarinho

Fonte: Agência Câmara Notícias



Relia Maria/CD

Tema

A não inclusão da energia solar fotovoltaica no Leilão A-6 de 2018 e as perspectivas do leilão de energia de reserva ainda em 2018, em atendimento ao Requerimento Nº 198/18, de autoria do Deputado Vitor Lippi.

Convidados

- Sr. Eduardo Azevedo Rodrigues, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia;
- Sr. Romário de Oliveira Batista, Gerente Executivo da Secretaria Executiva de Leilões da Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL;
- Sr. Ricardo Barros, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica- Absolar;
- Sr. Wladimir Janousek, Vice-Gerente Geral da CanadianSolar LTDA.;
- Sr. Nelson Falcão, Diretor de Desenvolvimento de Negócios da Flex International Tecnol LTDA.

O Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, Eduardo Azevedo, descartou qualquer possibilidade de inclusão de empreendimentos solar fotovoltaicos no leilão A-6 de 31 de agosto. “A premissa é: vamos contratar na medida da demanda”, explicou. Pressionado por parlamentares e por representantes do segmento de energia solar, Azevedo garantiu que as fontes renováveis são prioridade para o governo, mas deixou claro que diante da demanda reduzida, do cenário econômico desfavorável e da própria indicação do planejamento não vale a pena incluir todas as fontes nos certames.

“

Até 2015, a gente tinha um Brasil crescendo muito, e isso mudou completamente do final daquele ano para cá, ao ponto de a gente cancelar o leilão de reserva no final de 2016”

argumentou Eduardo Azevedo

O resultado foi a revisão do modelo dos leilões de energia nova, que agora são mais conservadores nos montantes contratados.

O Ministério de Minas e Energia foi surpreendido no final do ano passado pela baixa demanda para os leilões A-4 e A-6, realizados em dezembro. Para o A-4 desse ano ainda havia a previsão de que todas as fontes iriam participar do certame, mas, quando o ministério recebeu as declarações de necessidade das distribuidoras, viu que a demanda era pequena e não valia a pena, revelou o secretário. Em razão disso, a decisão foi privilegiar a contratação de solar no A-4 e de eólica no A-6, como já havia sido feito nos dois leilões anteriores.

A lógica de contratar as fontes que cabem dentro do contexto do planejamento, quer seja pela demanda apresentada, quer pelo que está previsto no Plano de Desenvolvimento Energético, será mantida pelo ministério. Ao contrário do leilão de dezembro, quando foram negociados contratos de dois empreendimentos a gás natural de grande porte, no A-6 desse ano a intenção é não contratar grandes térmicas para evitar sobrecontratação involuntária. “Até o ano passado,

os projetos que se apresentavam eram de 500/600 MW. Um ou outro excedia esse valor. Agora não. São 18 projetos acima de 1 GW. Então, o risco de sobrecontratar algum deles seria muito grande. A gente criou um mecanismo para evitar a sobrecontratação”, disse o secretário à Agência CanalEnergia. Uma das preocupações do governo ao evitar a compra de energia acima da necessidade real do mercado regulado é com a modicidade tarifária.

“

Se a gente compra uma energia que não precisa, onera o consumidor”

argumentou o Secretário durante a audiência na Comissão.

Também convidado para o debate, o Presidente da Comissão Especial de Licitação da Agência Nacional de Energia Elétrica, Romário Batista, destacou que os três últimos leilões de expansão de geração apresentaram valores bastante significativos em termos de preço, com a energia solar negociada ao preço médio R\$ 118/

MWh e a eólica a R\$ 67,60/MWh na média. Esses valores, segundo Batista, se aproximam dos melhores preços internacionais, mas são sustentáveis no contexto atual de oferta maior e baixa demanda. Ele reconhece como natural e legítimo o interesse dos investidores de fontes renováveis em aumentar a participação nos leilões regulados, mas lembrou que o mercado livre também abre uma janela de oportunidade para os projetos de energia eólica e solar.

O Vice-presidente da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica – Absolar, Ricardo Barros, defendeu a inclusão da fonte no A-6 e a realização de um leilão de reserva ainda esse ano para garantir a contratação de 2 GW. Barros disse que 2016 foi traumático para o segmento fotovoltaico, por causa do cancelamento do leilão de reserva previsto para dezembro daquele ano. O executivo da Absolar questionou a demanda de energia declarada pelas distribuidoras e disse que ela não condiz com a situação operacional do sistema. Ele lembrou que o Operador Nacional do Sistema Elétrico tem usado termelétricas com custo de R\$ 800/MWh no Nordeste. “A pergunta que fica é: é normal não contratar energia solar?”,

questionou Barros. Azevedo respondeu que a geração de usinas fora da ordem de mérito de custo acontece por razões elétricas, já que o ONS tem que usar energia firme para garantir o atendimento. “Às 8h da noite não tenho como acionar uma usina solar.”

Wladimir Janousek, gerente geral da Canadian Solar, e Nelson Falcão, da Flextronics, também recomendaram a manutenção do calendário de leilões com a participação da fonte. Janousek disse que boa parte das indústrias que se instalaram no Brasil vieram motivadas pelo início dos leilões de energia de reserva, apostando

nos financiamentos do BNDES. As regras do banco mudaram, mas o setor foi muito mais prejudicado, em sua opinião, pelo cancelamento do leilão de 2016. “A quebra da sequência dos leilões traz insegurança para o investidor”. Falcão afirmou que o mercado de equipamentos de energia solar sofre em função dos leilões, mas também em razão da carga tributária e das condições de financiamento. “Para o investidor, o cenário é de imprevisibilidade”, disse o executivo.

Fonte: Agência CanalEnergia/Sueli Montenegro



Will Schutter/CD

Tema

A aplicação, eficácia e eficiência de plano de contingência da Petrobras, para manutenção da logística de abastecimento e distribuição na cadeia de combustíveis, em atendimento ao Requerimento nº 200/2018, de autoria do Deputado Hugo Leal.

Convidados

- Sr. Deivson Matos Timbó, Coordenador Geral de Acompanhamento do Mercado de Combustíveis e Derivados de Petróleo, Representante do Ministério de Minas e Energia;
- Sr. Roberto Ken Nagao, Gerente Geral de Programação de Refino, Transporte e Comercialização da Petróleo Brasileiro S.A- Petrobras;
- Sr. Bruno Loback Atalla, Representante da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis- ANP;
- Sr. Walter de Agra Junior, Procurador-chefe do Conselho Administrativo de Defesa Econômica- CADE.

O Procurador-chefe do Cade, Conselho Administrativo de Defesa Econômica, Walter de Agra Junior, criticou o tabelamento de preços dos fretes rodoviários, como proposto em acordo entre o governo e os caminhoneiros para encerramento da paralisação que durou dez dias em maio deste ano. O tabelamento do frete pode, na visão do Cade, gerar cartelização, afetar a concorrência e a liberdade contratual. Uma Medida Provisória sobre o assunto (MP 832/18) está em discussão no Congresso. O Procurador-chefe apresentou sugestões do Cade para melhorar a concorrência no setor de combustíveis, que incluem permitir que produtores de álcool vendam diretamente aos postos, retirando o atravessador; e ex-

tinguir a proibição de importação de combustíveis pelas distribuidoras.

O Deputado Hugo Leal, PSD/RJ, autor do Requerimento para realização da audiência pública, ao haver mencionado as paralisações de caminhoneiros também em 2013 e 2015, quis saber se a Petrobras tem um plano de contingência para manter o abastecimento de combustível sem depender exclusivamente do transporte rodoviário.

Roberto Nagao, gerente geral de Programação de Refino, Transporte e Comercialização da Petrobras, explicou que a BR Distribuidora tem papel importante no abastecimento dos aeroportos, mas não distribui combustível e gás de cozinha no varejo, apenas no atacado. As empresas

“

Temos planos de contingência para a questão do combustível, para estoques, ótimo. E a distribuição, então, abriu o portão da refinaria já não é mais problema da Petrobrás, mesmo tendo BR distribuidora, mesmo tendo outras atuações no mercado? Minha preocupação é exatamente essa”

questionou o Deputado Hugo Leal

distribuidoras seriam responsáveis por entregar esses produtos aos postos revendedores. Já Bruno Atalla, da Agência Nacio-

Sobre a sugestão do Cade de que produtores de álcool vendam diretamente aos postos, Bruno Atalla disse que a prática hoje é

“

O modelo ideal seria de transporte via dutos, mas é algo intuitivamente bem custoso.

Uma alternativa seria uma ampliação da malha ferroviária.

Acho que estudos podem ser feitos para um aprofundamento maior”

admitiu Bruno Atalla

nal do Petróleo e Gás (ANP), admitiu que o mercado de combustível é totalmente dependente do modal rodoviário.

proibida pela ANP, mas a norma pode ser revista.

Fonte: Agência Câmara Notícias



AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A PARTICIPAÇÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL DIA 11/07/2018

Alex Ferreira/CD

Tema

Mecanismos de comercialização direta de etanol hidratado no País, em atendimento ao Requerimento nº 207/2018 - CME, de autoria dos Deputados Marcelo Squassoni, Simão Sessim, Arnaldo Jardim e Joaquim Passarinho; e ao Requerimento nº 567/2018 - CAPADR, de autoria do Deputado Luis Carlos Heinze.

Convidados

- Sr. JHC, Terceiro Secretário da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados e autor do PDC 916/2018;
- Sr. Décio Fabrício Oddone, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis- ANP;
- Sr. Plínio Nastari, Representante da Sociedade Civil no Conselho Nacional de Política Energética- CNPE;
- Sr. Fernando Mombelli, Coordenador-Geral de Tributação da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- Sra. Elizabeth Farina, Presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar- UNICA;

- Sr. Sérgio Massillon, Diretor Institucional da Associação das Distribuidoras de Combustíveis- BRASILCOM;
- Sr. Leonardo Gadotti, Presidente da Associação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Lubrificantes, Logística e conveniência- PLURAL.
- Sr. Paulo Miranda Soares, Presidente da Federação do Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes- FECOMBUSTÍVEIS; e
- Sr. André Luiz Baptista Lins Rocha, Presidente do Fórum Nacional Sucreenergético.

A proposta de venda direta de etanol pelo produtor para postos de combustível, que elimina a figura do distribuidor está em discussão na Câmara, teve urgência negada no Plenário e dividiu opiniões na Comissão de Minas e Energia. De acordo com o deputado Marcelo Squassoni (PR-B-SP), que propôs o debate, os mecanismos de comercialização do etanol hidratado no País têm sido objeto de acaloradas discussões em inúmeras arenas sociais brasileiras, especialmente após as intercorrências resultantes da última greve dos caminhoneiros.

A medida consta em Projeto de Decreto Legislativo nº 916/18, de autoria do Deputado JHC, PSB/AL, que pretende suspender parte da Resolução 43/09, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a qual prevê que o produtor só pode comercializar etanol combustível com distribuidor autorizado pela agência e com o mercado externo.

O Deputado JHC considera que o artigo provoca aumento do preço do álcool para o consumidor brasileiro. “Só a questão da logística da distribuição encarece o produto, sem contar a margem de lucro que

“ *A intensidade do debate tem levantado importantes indagações acerca da possibilidade da comercialização direta das usinas produtoras junto aos postos revendedores de combustíveis*”

afirmou o Deputado Marcelo Squassoni

a distribuidora coloca em cima do etanol”, disse. “Nós sairíamos de um oligopólio, com poucas distribuidoras controlando o mercado, e daríamos a oportunidade da livre concorrência, com todos os mais de 400 produtores podendo vender diretamente para os cerca de 42 mil postos”, completou. “Se você barateia o etanol, barateia a gasolina, porque 80% da nossa frota é flex”, acrescentou o Deputado. Para o Parlamentar, a ANP trabalha como “advogada das distribuidoras”, quando deveria trabalhar em defesa do consumidor, lesado pela “burocracia estatal”. Ele acredita ainda que a agência extrapolou suas atribuições e regulamentou questão que tinha de ser discutida pelos parlamentares.

O Diretor-Geral da ANP, Décio Oddone, negou que Órgão esteja cooptado por qualquer setor da economia e afirmou que a possibilidade de venda direta do etanol já está sendo analisada pela Agência, em grupo de trabalho conjunto com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que estuda alterações na regulamentação do Setor. A permissão para que produtores de álcool vendam diretamente aos postos é uma das sugestões contidas no documento “Repensando o setor de combustíveis: medidas pró-concorrência”, finalizado pelo Cade em maio.

Na visão de Oddone, a ANP não extrapolou suas atribuições de regulamentar o setor ao editar a resolução. Ele considera que o ambiente regulatório é o adequado para tratar da questão, sob o risco de se desorganizar o setor a partir de medidas legislativas isoladas. Segundo ele, o modelo atual da cadeia de combustíveis – o qual ele considera adequado – é dividido em produção, distribuição e revenda, cada um com responsabilidades relativas à qualidade, segurança e logística, por exemplo.

Fonte: Agência Câmara Notícias

“*Temos que avaliar impactos para o consumidor, para ver se o impacto é só redução de custos ou se não tem efeitos colaterais, como impactos sobre a qualidade – hoje de responsabilidade das distribuidoras*”

afirmou Décio Oddone



AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM 28/11/2018

Arquivo da Comissão de Minas e Energia

Tema

A grave situação da indústria nacional de produção de placas e painéis de energia solar no Brasil, em atendimento ao Requerimento nº 214/2018, de autoria do Deputado Vitor Lippi.

Convidados

- Sr. Gustavo Fontenele, Coordenador de Energia e Desenvolvimento Sustentável da Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial- MDIC ;
- Sr. Hélio Silva Filho, Conselheiro e Chefe da Divisão de Coordenação Econômica e Assuntos Comerciais do Mercosul, do Ministério das Relações Exteriores- MRE;
- Sra. Laira Carneiro Curado, Assessora Especial da Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior- CAMEX
- Sr. Jorge Eduardo Suplicy Funaro- Diretor da Área de Serviço de Manufatura em Eletrônica da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica- ABINEE; e
- Sr. Nelson Falcão, Vice-Presidente de Cadeia Produtiva do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica- Absolar.

A energia solar tem tudo para ser a principal fonte de energia no Brasil. O fato de o país estar localizado na Linha do Equador contribui de forma significativa para que haja, em grande parte do território, uma enorme incidência de sol o ano todo. Apesar de um grande potencial, a energia solar ainda tem uma participação muito tímida no parque energético brasileiro. Hoje, ela representa menos de 1% da geração de energia do país, dominada por hidrelétricas e com crescente participação de usinas térmicas e eólicas.

O Deputado Vitor Lippi (PS-DB-SP), autor do Requerimento para realização da audiência, afirma que entre as dificuldades do crescimento desse tipo de energia no País estão o custo dos equipamentos e a burocracia para que o consumidor possa disponibilizar a energia excedente. Ele afirma, ainda, que entre os problemas que devem ser debatidos para solucionar o problema estão os altos tributos cobrados no Brasil para os equipamentos; ele lembra que os equipamentos chineses têm 12% de impostos, enquanto os brasileiros têm 35% de tributação. Segundo o Parlamentar, o Congresso Nacional precisa fazer a sua parte, trazendo o assunto à discussão.

O Deputado Vitor Lippi ressaltou, ainda, que “os impostos de importação são muito menores que os impostos cobrados para a produção dessas placas em nosso País”, o que, segundo ele, inviabilizaria a indústria nacional.

Fonte: Agência Câmara Notícias

“*Sabemos que o Brasil é um dos países com maior potencial por m² na geração de energia elétrica por meio da tecnologia fotovoltaica e incentivar essa modalidade na matriz energética brasileira é entender que essa é uma economia crescente e de grande importância estratégica na geração de milhares de empregos”*

afirmou o Deputado Vitor Lippi

MESA-
REDONDA



MESA-REDONDA EM 11/06/2018

Divulgação Dep. Lindomar Garçon

Local

Auditório Eduardo Valverde, Av. Airton Senna nº 128, Centro, Itapuã do Oeste- RO

Tema

O andamento da ponte sobre o Rio Jamari, financiada pela ELETRONORTE, como compensação das obras da Usina Hidrelétrica de Samuel, em atendimento ao Requerimento nº 201/2018 de autoria do Deputado Lindomar Garçon.

Convidados

- Sr. Moisés Garcia Cavalheiro, Prefeito do Município de Itapuã do Oeste- RO;
- Srs. Vereadores da Câmara Municipal de Itapuã do Oeste- RO;
- Representante da ELETRONORTE;
- Sr. Arnaldo Soares, Presidente da Associação dos Pecuáristas do Município de Itapuã do Oeste - AGROPÃ; e
- Sr. Alexandre Fea, Presidente da Associação dos Produtores Rurais de Itapuã do Oeste - AROESTE.

PROPOSIÇÕES
APROVADAS



PROJETO DE LEI Nº 2.195/2015



Fonte: Luís Macedo- CD

DEPUTADO JORGE SILVA
(SD-ES)
Autor



Fonte: Luís Macedo- CD

DEPUTADO CARLOS ANDRADE
(PHS-RR)
Relator

Ementa

Institui o Programa Nacional para o Fortalecimento da Mineração de Pequeno Porte (PRONAMP), e cria o Fundo de Apoio à Mineração de Pequeno Porte (FAMP).

Parecer

Parecer do Relator, Dep. Carlos Andrade (PHS/RR), pela aprovação.

Resultado

Aprovado por unanimidade o Parecer, com Complementação de Voto, em 25/04/18.

PROJETO DE LEI Nº 7.331/2017



Fonte: Lúcio Bernardo Jr

DEPUTADO LEÔNIDAS CRISTINO
(PDT-CE)
Autor



Fonte: Cleia Viana

DEPUTADO BETO SALAME
(PP-PA)
Relator

Ementa

Concede incentivos fiscais para a implantação, operação e manutenção de plantas de dessalinização de água marinha na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Parecer

Parecer do Relator, Dep. Beto Salame (PR-RR), pela aprovação.

Resultado

Aprovado por unanimidade o Parecer, em 06/06/18.

PROJETO DE LEI Nº 6.097/2009



Fonte: Alex Ferreira - CD

DEPUTADO CLEBER VERDE
(PRB-MA)
Autor



Fonte: Will Shutter - CD

DEPUTADO ÉDIO LOPES
(PP-RR)
Relator

Ementa

Dispõe sobre as convocações de audiências públicas das Distribuidoras de Energia Elétrica e da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e dá outras providências.

Parecer

Parecer do Relator, Dep. Edio Lopes (PR-RR), pela aprovação, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Defesa do Consumidor.

Resultado

Aprovado por unanimidade o Parecer, em 26/06/18.

PROJETO DE LEI Nº 8.652/2017



Fonte: Alex Ferreira - CD

DEPUTADA MARIANA CARVALHO
(PSDB-RO)
Autora

Ementa

Veda o repasse pela cobrança do furto de energia aos consumidores.

Parecer

Parecer do Relator, Dep. Rafael Motta (PSB-RN), pela aprovação, nos termos do Substitutivo adotado pela Comissão de Defesa do Consumidor.

Resultado

Aprovado por unanimidade o Parecer, em 26/06/2018.



Fonte: Cleia Viana - CD

DEPUTADO RAFAEL MOTTA
(PSB-RN)
Relator

PROJETO DE LEI Nº 9.321/2017



Fonte: Evelynne Gubert

SENADO FEDERAL
Autor

Ementa

Estabelece o Programa Nacional do Bioquerosene para o incentivo à pesquisa e o fomento da produção de energia à base de biomassas, visando à sustentabilidade da aviação brasileira.

Parecer

Parecer do Relator, Dep. Simão Sessim(PP-RJ), pela aprovação.

Resultado

Aprovado por unanimidade o Parecer, em 07/11/2018.



Fonte: Cleia Viana - CD

DEPUTADO SIMÃO SESSIM
(PP-RJ)
Relator

PROJETO DE LEI Nº 9.510/2018



Fonte: Lúcio Bernardo Júnior - CD

DEPUTADO JORGE BOEIRA
(PP-SC)
Autor



Fonte: Cleia Viana - CD

DEPUTADO SIMÃO SESSIM
(PP-RJ)
Relator

Ementa

Altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com o objetivo de compensar o impacto tarifário da reduzida densidade de carga na área de atuação de concessionários e permissionários de distribuição cujos mercados sejam inferiores a 700 GWh por ano.

Parecer

Parecer do Relator, Dep. Simão Sessim (PP-RJ), pela aprovação do Projeto de Lei nº 9.510/2018, e pela rejeição do Projeto de Lei nº 9.563/2018, apensado.

Resultado

Aprovado o Parecer, contra o voto do Deputado Joaquim Passarinho, em 07/11/2018.

PROJETO DE LEI Nº 10.771/2018



Fonte: Evelynne Gubert

PODER EXECUTIVO
Autor



DEPUTADO CARLOS ZARATTINI
(PT-SP)
Relator

Ementa

Altera a Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, para dispor sobre competência do Comando da Marinha para promover o licenciamento e a fiscalização dos meios navais e das suas plantas nucleares embarcadas para propulsão e do transporte de seu combustível nuclear.

Parecer

Parecer do Relator, Dep. Carlos Zarattini (PT-SP), pela aprovação.

Resultado

Aprovado por unanimidade o Parecer, em 07/11/2018.

PROPOSIÇÕES
REJEITADAS



PROJETO DE LEI Nº 7.506/2014



Fonte: Luís Macedo - CD

**DEPUTADO ROGÉRIO PENINHA
MENDONÇA**
(MDB-SC)
Autor

Ementa

Altera a Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia, para estabelecer níveis de classificação de eficiência energética compatíveis com os padrões internacionais mais exigentes.

Parecer

Parecer do Relator, Dep. Fábio Garcia (DEM-MT), pela rejeição.

Resultado

Aprovado por unanimidade o Parecer, em 25/04/2018.



Fonte: Alex Ferreira - CD

DEPUTADO FÁBIO GARCIA
(DEM-MT)
Relator

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 718/2017



Fonte: Billy Ross - CD

**DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS
MENDES THAME**
(PV-SP)
Autor

Ementa

Susta a eficácia da Resolução Homologatória n.º 2.177, de 29 de novembro de 2016, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, que fixa o valor revisado da Tarifa Atualizada de Referência - TAR para o ano de 2017, para o cálculo da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH.

Parecer

Parecer do Relator, Dep. Joaquim Passarinho (PSD-PA), pela rejeição do Projeto de Decreto Legislativo nº 718/2017, e do Projeto de Decreto Legislativo nº 728/2017, apensado.

Resultado

Aprovado por unanimidade o Parecer, em 31/10/2018.



Fonte: Michel Jesus - CD

DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO
(PSD-PA)
Relator

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 728/2017



Fonte: Michel Jesus - CD

DEPUTADO NILTO TATTO
(PT-SP)
Autor



Fonte: Michel Jesus - CD

DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO
(PSD-PA)
Relator

Ementa

Susta a Resolução Homologatória da ANEEL Nº 2.177 de 29 de novembro de 2016, que “Fixa o valor da Tarifa Atualizada de Referência, TAR, para o ano de 2017, para o calculada Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos, CFURH”.

Parecer

Parecer do Relator, Dep. Joaquim Passarinho (PSD-PA), pela rejeição do Projeto de Decreto Legislativo nº 718/2018, e do Projeto de Decreto Legislativo nº 728/2017, apensado.

Resultado

Aprovado por unanimidade o Parecer, em 31/10/2018.

PROJETO DE LEI Nº 9.563/2018



Fonte: Cleia Viana - CD

DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIM
(PP-SC)
Autor



Fonte: Cleia Viana - CD

DEPUTADO SIMÃO SESSIM
(PP-RJ)
Relator

Ementa

Dispõe acerca da compensação do impacto tarifário causado pela pequena densidade de carga das concessionárias e permissionárias de distribuição com mercados próprios inferiores a 700 GWh por ano e altera as Leis nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996.

Parecer

Parecer do Relator, Dep. Simão Sessim (PP-RJ), pela aprovação do Projeto de Lei nº 9.510/2018, e pela rejeição do Projeto de Lei nº 9.563/2018, apensado.

Resultado

Aprovado por unanimidade o Parecer, em 07/11/2018.

REQUERIMENTOS APRESENTADOS

REQUERIMENTOS APRESENTADOS (24)		
Proposicao	Ementa	Autor
REQ 196/2018 CME	Requer informações ao Exmo. Sr. Ministro de Minas e Energia -MME, referente à Consulta Pública da minuta de Portaria que "Altera a Consolidação Normativa do DNPM, aprovada pela Portaria nº 155, de 12 de maio de 2016, para disciplinar o arrendamento parcial de concessão de lavra para água mineral ou potável de mesa tendo como objeto parte da vazão de uma urgência ou de um poço tubular".	Antonio Carlos Mendes Thame
REQ 197/2018 CME	Requer a realização de Audiência Pública, nesta Casa, para debater sobre a situação dos preços dos combustíveis no Brasil.	Altineu Côrtes
REQ 198/2018 CME	Requer a realização de Audiência Pública para esclarecer a não inclusão da energia solar fotovoltaica no Leilão A-6 de 2018 e as perspectivas do leilão de energia de reserva ainda em 2018.	Vitor Lippi
REQ 199/2018 CME	Requer que seja convidado o Sr. Pedro Pullen Parente, Presidente da Petrobrás, para debater sobre a situação dos preços dos combustíveis no Brasil.	Marcelo Squassoni

REQUERIMENTOS APRESENTADOS (24)		
Proposicao	Ementa	Autor
REQ 200/2018 CME	Requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Minas e Energia, para debater a aplicação, eficácia e eficiência de plano de contingência da Petrobrás para manutenção da logística de abastecimento e distribuição na cadeia de combustíveis.	Hugo Leal
REQ 201/2018 CME	Solicita realização de Mesa Redonda no município de Itapuã do Oeste - RO, para debater sobre o andamento da ponte sobre o Rio Jamari, financiada pela ELETRONORTE, como compensação das obras da Usina Hidrelétrica de Samuel.	Lindomar Garçon
REQ 202/2018 CME	Requer a realização de Audiência Pública para discutir o teor do Projeto de lei nº 10.332, de 2018.	Leo de Brito
REQ 203/2018 CME	Requer a realização de Audiência Pública para discutir o teor do Projeto de lei nº 10.332, de 2018.	Leo de Brito
REQ 204/2018 CME	Requer a realização de Audiência Pública para discutir o teor do Projeto de lei nº 10.332, de 2018.	Leo de Brito
REQ 205/2018 CME	Requer a realização de Audiência Pública para discutir o teor do Projeto de lei nº 10.332, de 2018.	Leo de Brito

REQUERIMENTOS APRESENTADOS (24)		
Proposicao	Ementa	Autor
REQ 206/2018 CME	Requer a realização de Audiência Pública para discutir o teor do Projeto de lei nº 10.332, de 2018.	Marcelo Squassoni
REQ 207/2018 CME	Requer a realização de Audiência Pública para debater mecanismos de comercialização direta de etanol hidratado no País.	Padre João
REQ 208/2018 CME	Requer a realização de audiência pública para debater a situação dos atingidos pelos crimes da Vale//BHP Billinton/Samarco, envolvendo a tragédia em Mariana, Estado de Minas Gerais, com o rompimento da barragem de Fundão.	Padre João
REQ 209/2018 CME	Requer a realização de diligências externas em municípios do Estado de Minas Gerais, para debater a situação dos atingidos pelos crimes da Vale/BHP Billinton/Samarco, envolvendo a tragédia em Mariana, decorrente do rompimento da barragem de Fundão.	Padre João
REQ 210/2018 CME	Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia.	Edio Lopes

REQUERIMENTOS APRESENTADOS (24)		
Proposicao	Ementa	Autor
REQ 211/2018 CME	Requer a realização de Audiência Pública para discutir a prestação de serviços de distribuição, transmissão e comercialização de energia elétrica realizada pela concessionária ENEL Brasil S.A em municípios do estado do Rio de Janeiro.	Marco Antônio Cabral
REQ 212/2018 CME	Requer a inclusão de convidado para participarem da Audiência Pública para discutir os mecanismos de comercialização do etanol hidratado no País.	Domingos Sávio
REQ 213/2018 CME	Requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Minas e Energia, para debater as contribuições do CADE "Repensando o setor de combustíveis: medidas pró-concorrências" e seus resultados a partir da Portaria Conjunta CADE/ANP Nº 4, de 11 de junho de 2018.	Hugo Leal
REQ 214/2018 CME	Requer a realização de Audiência Pública para debater a grave situação da indústria nacional de produção de placas e painéis de energia solar no Brasil.	Vitor Lippi

REQUERIMENTOS APRESENTADOS (24)		
Proposicao	Ementa	Autor
REQ 215/2018 CME	Requer a realização de Seminário intitulado “Energia Renovável: situação atual, perspectivas e dificuldades”.	Sergio Vidigal
	Requer a realização de Audiência Pública para debater os índices de reajuste tarifário aplicados aos consumidores residenciais, comerciais e industriais no Estado de São Paulo.	Vitor Lippi
Requer a produção de Relatório de Atividades Anual da Comissão de Minas e Energia.	Requer a produção de Relatório de Atividades Anual da Comissão de Minas e Energia.	Marcelo Squassoni
REQ 218/2018 CME	Requer a realização de audiência pública para debater a importância da Conclusão da USINA ANGRA III.	Domingos Sávio
REQ 219/2018 CME	Solicita realização de Audiência Pública para discussão o PL 6407/2013 apensado PL 6102/2016 que dispõe de medidas para o acesso ao mercado livre de gás natural e fomento à indústria desse hidrocarboneto.	Domingos Sávio

EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS

EMENDAS À LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 3			
Proposicao	Autor	Ementa	Apreciação
EMENDA À LDO Nº 1/2018	Comissão de Minas e Energia	Emenda de Meta. Inclui no Anexo de Prioridades e Metas: Ação Orçamentária: 2E75 - Acréscimo de Meta: 100- Incentivo à Geração de Eletricidade Renovável.	26/06/2018 Aprovada unanimemente.
EMENDA À LDO Nº 2/2018	Comissão de Minas e Energia	Emenda de Meta. Inclui no Anexo de Prioridades e Metas: Ação Orçamentária: NOVA- Acréscimo de Meta: 1000- Apoio à Política Nacional de Biocombustíveis-RENOVABIO.	26/06/2018 Aprovada unanimemente.
EMENDA À LDO Nº 3/2018	Comissão de Minas e Energia	Emenda de Texto. Referência: Anexo III, Item 65 – Não Contingenciamento das Agências Reguladoras.	26/06/2018 Aprovada unanimemente.
EMENDAS À LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – 4			
Proposicao	Autor	Ementa	Apreciação
EMENDA À LOA Nº 1/2018	Comissão de Minas e Energia	R\$ 100.000.000,00 Tecnologia Nuclear da Marinha.	17/10/2018 Aprovada unanimemente.
EMENDA À LOA Nº 2/2018	Comissão de Minas e Energia	R\$ 40.000.000,00 Administração da Unidade- Aneel.	17/10/2018 Aprovada unanimemente.
EMENDA À LOA Nº 3/2018	Comissão de Minas e Energia	R\$ 50.000.000,00 Apoio à Política Nacional de Biocombustíveis- RenovaBio.	17/10/2018 Aprovada unanimemente.
EMENDA À LOA Nº 4/2018	Comissão de Minas e Energia	R\$ 800.000.000,00 Incentivo à Geração de Eletricidade Renovável.	17/10/2018 Aprovada unanimemente.

EQUIPE TÉCNICA

Servidores

Fábio Gomes Ferreira – Secretário-Executivo
Sylvio Otávio Baptista de Carvalho- Chefe de Serviço
Leila Camila Pugliesi Pinheiro – Chefe de Seção
Cleomar Pereira Gonçalves da Silva Côrtes
Sandra Regina Furtado Ávila
Sandra Márcia Remussi
Juarez Nunes Cavalcante

Assessores

Jaqueline Rodrigues Soares

Estagiários

Alice Wolney Gomes Figueira

Pró-Adolescentes

Àylla Letícia dos Santos Vieira
Isabela Cristina Alcântara Silva